bibliografia

recensões

BACHELARD, Gaston — *Filosofia do Novo Espírito Científico* — — *A Filosofia do Não* — Tradução de Joaquim José Moura Ramos, Editorial Presença, Lisboa, 1972, 203 pp.

A modernidade da epistemologia de BACHELARD é tão inquestionável como a persistência dos obstáculos que ela enuncia e denuncia.

O projecto de devolver às ciências a filosofia que elas merecem marca o ponto de partida para uma longa e difícil reflexão de que a «*Filosofia do Não*» constitui importante etapa.

O fundamento das disciplinas científicas não pode residir, para BACHELARD, senão na respectiva história diferencial, enquanto práticas produtoras de conceitos específicos. A filosofia das ciências, historicizada e relativizada, terá assim de renunciar ao privilégio de fundadora exterior do saber científico, abandonando do mesmo passo a busca interiorizada e circular da *verdade* da ciência em geral, no prolongamento duma razão tida por absoluta e imutável. Terá de se dialectizar, de se tornar uma filosofia *diferencial* (p. 20), uma «filosofia do não».

Se se reconhece a inexistência da *ciência* como realidade homogénea, se se dá conta da temporalidade desigual das *ciências,* da autonomia relativa das suas matrizes teóricas e dos seus protocolos, é então possível e indispensável construir uma filosofia polémica, aberta, dispersa, constitutiva duma pluralidade de racionalismos regionais. Filosofia essa que buscará a sua articulação permanente com o devir efectivo dos processos científicos, pela intervenção/denúncia dos obstáculos epistemológicos que de dentro incessantemente os ameaçam.

Pensar a novidade do saber científico exige a produção da categoria do *não,* condensadora da descontinuidade fundamental na história das ciências e instrumento essencial para a superação do postulado filosófico realista.

Como interpretar a descontinuidade? Diz-nos BACHELARD: «A generalização pelo não deve incluir aquilo que nega. De facto todo o desenvolvimento do pensamento científico de há um século para cá provém de tais generalizações dialécticas com envolvimento daquilo que se nega. Assim a geometria não-euclidiana envolve a geometria euclidiana; a mecânica não-newtoniana envolve a mecânica newtoniana; a mecânica ondulatória envolve a mecânica relativista» (p. 193).

Mas há ainda um outro sentido, fundamental, em que se pode falar de descontinuidade e de ruptura, referenciado desta vez ao desenvolver próprio de cada processo teórico: trata-se de mostrar claramente, contra o positivismo e o empirismo, que a ciência não é um prolongamento do senso comum. «As intuições são muito úteis: servem para ser destruídas. Ao destruir as suas imagens primeiras, o pensamento científico descobre as suas leis orgânicas.» (p. 196),

Romper com as imagens primeiras, com as intuições totalitárias e bloqueantes, constitui assim o momento inaugural e condicionante de cada ciclo de produção teórica. Gaston BACHELARD ataca por essa via o obstáculo a que chamou substancialista, cujos contornos delimitou longamente em *La formation de l'esprit scientifique.* A ideologia do dado, ao colocar o objecto antes do conhecimento, não pode com efeito deixar de se demitir de *formular o desconhecido* (cfr. p. 80).

O conhecimento surge pois *contra* as ideologias, *contra* as organizações anteriores e sistemáticas de pensamento tornadas familiares e por isso mesmo evidentes; a ignorân-

cia não é vazio, não é ausência: «a ignorância é um tecido de erros positivos, tenazes, solidários» (p. 14). O conhecimento só progride por rectificação sucessiva de erros, só pode resultar da «razão polémica» e não da «razão arquitectónica» (cfr. p. 195): o *imediato* terá sempre de ceder o passo ao *construído*.

Assim se define, contra um empirismo sufocante, a hierarquia dos actos epistemológicos: ruptura, construção, constatação. Ou como também, sintèticamente, afirmava BACHELARD, o vector epistemológico vai do racional ao real.

João Ferreira de Almeida

GAOUZNER, N. — *A Classe Operária irá Desaparecer?* — Editorial Estampa, Lisboa, 1972, 124 pp.

N. GAOUZNER pretende refutar as teses de uma certa sociologia, pródiga em asserções de contorno «científico» respeitantes ao progressivo desaparecimento da classe operária e paralela constituição de uma vasta «classe média» nas sociedades industrializadas. E, consequentemente, o autor propõe-se «esclarecer o papel real do proletariado na sociedade contemporânea e examinar as mudanças que se produzem na sua estrutura e na sua situação».

Esclarecidos nós, os leitores-consumidores, quanto às (boas) intenções do autor, esclarecidos pretenderíamos ficar, e não ficámos, quanto à transparência do referencial conceptual utilizado. É que parece ser exactamente esta a primeira grande «pecha» deste trabalho: o estribar-se numa armadura conceptual relativamente distorcida, mesmo confusa, carecida de rigor teórico, de coerência com a perspectiva teórica onde iniludìvelmente intenta assentar: a análise marxista. Vejamos e exemplarmente: o próprio conceito de *proletariado,* peça basilar de uma utensilagem analítica pertinente para desbravar a área apontada, surge definido de um modo a prestar-se a velho-e-relho equívoco. Depois de operar a distinção entre os diversos grupos de agentes sociais consoante a sua situação perante os meios de produção, «uns são proprietários de pequenas ou de grandes fábricas ..., os outros para viverem ...», o autor cai na falsa identidade «classe operária = salariato», resultado de uma inadequada conceptualização de trabalhador produtivo. Com efeito, o salário, mera forma jurídica de repartição do rendimento, não permite circunscrever a classe operária.

Mas há outro vício de que este trabalho está impregnado, que é o seu «modo de dizer» as coisas. E di-las às vezes assim: «Este [o movimento operário] desempenha honrosamente a sua missão histórica, sem se deixar iludir pelas mentiras e calúnias que se erguem, quer da direita, dos monopólios e dos seus sábios defensores, quer da esquerda, dos maoístas». E um «tom» destes ...

Bem, mas inventariemos os principais pontos abordados. Num primeiro, o autor fala-nos de «a concentração» do capital e a «proletarização dos trabalhadores», refere a extensão absoluta e relativa do proletariado provocada pela concentração dos meios de produção, «devido a leis económicas objectivas». A «revolução» científica e tecnológica e suas consequências na estrutura da classe operária quanto aos ramos, profissões e qualificações são o objecto de um segundo ponto, aliás desenvolvido de forma ampla e relativamente consentânea com a evolução da divisão social e técnica do trabalho. Depois, é o processo de proletarização dos empregados, do pessoal técnico, etc., no quadro do capitalismo monopolista, que é tratado, avançando o autor em apoio do seu ponto-de-vista uma quantidade apreciável de dados estatísticos, como de resto em relação a todos os outros pontos. Segue-se uma análise evolutiva dos «principais destacamentos do proletariado», uma resposta (correcta) à questão «a exploração do capital pelo trabalho está em vias de desaparecer?» E, finalmente, a afirmação peremptória (mas à boa maneira de «hino») que «a luta de classes progride».

Eduardo de Freitas

The Limits to Growth — A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind — Ed. Earth Island, Ltd., London, 1972, 197 pp.

Apesar de amplamente discutido e divulgado (ou talvez por isso mesmo) é oportuna uma referência ao relatório do Massachussets Institute of Technology, para o «Club de